

# Partidos discutem o preeenchimento dos principais cargos nas comissões

Da Sucursal de Brasília

O PMDB, PFL e demais partidos começam a discutir hoje o preenchimento dos cargos de presidentes, vice-presidentes e relatores das nove comissões e 24 sub-comissões que vão elaborar a nova Constituição. Ontem, o líder do PMDB no Senado, senador Fernando Henrique Cardoso (SP), 55, afirmou



que o preenchimento destes cargos obedecerá o critério de proporcionalidade previsto no regimento do Congresso constituinte. Ele não descartou, porém, a possibilidade de discutir a proposta do líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), de que o PFL fique com as presidências das comissões, enquanto que ao PMDB caberiam os cargos de relator.

Ontem à noite, o PMDB fez uma reunião na casa do líder do partido na Câmara, deputado Luiz Henrique (SC), para tentar finalizar a distribuição dos peemedebistas nas várias

comissões e subcomissões temáticas. Participaram da reunião os coordenadores das bancadas federais do PMDB, o próprio Luiz Henrique e os líderes do partido no Congresso constituinte, Mário Covas, e no Senado, Fernando Henrique Cardoso. Segundo Covas, a distribuição dos peemedebistas nas comissões estava praticamente concluída.

Ontem pela manhã, os deputados pefelistas José Lourenço, Aleni Guerra (PR) e José Lins (CE) também se reuniram para acomodar os pefelistas nas comissões. O PFL, segundo Lourenço, enfrenta dificul-

dades nas comissões de sistematização, de Ordem Econômica, de Ordem Social e de Organização dos Poderes e Sistema de Governo.

Hoje, os partidos terão que entrar à Mesa do Congresso constituinte as relações para preenchimento das comissões. Segundo o deputado José Lourenço, ao PFL caberiam três relatores e três presidentes de comissões. "Mas o critério de proporcionalidade pode ser alterado", prevê. Apesar de aceitar discutir a troca dos cargos, Fernando Henrique descarta a alteração da proporcionalidade. "Isso é anti-regimental", disse.

## Arinos tem atuação discreta até agora

TADEU AFONSO  
Enviado especial a Brasília

Enquanto o Congresso constituinte não começa a funcionar para valer, o jeito é ler Machado de Assis. "Seus contos são verdadeiras obras-primas, que leio com prazer e uma certa ternura". Quem diz isso é o senador Afonso Arinos (PFL-RJ), 81. "Ninguém —acrescenta— está vendo a Constituinte até agora". Presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que acabou levando o seu nome e aprovou o chamado "anteprojeto Afonso Arinos", o senador tem sido uma figura discreta nas sessões do Congresso constituinte. Até hoje, não subiu à tribuna.

Eleito senador sem quase fazer campanha, Arinos diz em um gabinete no Senado que não se importa muito com o fato de o anteprojeto de sua comissão continuar guardado no Palácio do Planalto, sem que nenhum constituinte se anime a pedir o seu envio para debate em plenário.

Segundo ele, o projeto está guardado, mas não esquecido. Para ele, o trabalho da comissão foi até copiado pelo Congresso constituinte em seu regimento interno, ao criar oito comissões e uma Comissão de Sistematização. Outra coisa que ele diz que foi copiada do anteprojeto é o direito de trinta mil cidadãos poderem apresentar projetos para a nova Constituição ao Congresso constituinte (a chamada "iniciativa popular de legislação").

### Demora e projetos

Arinos afirma que a demora no início dos trabalhos propriamente constituintes também não deve espantar ninguém. "Isso —diz— é provocado em parte pelo nosso sistema presidencialista e partidário. Os partidos existem em funções de personalidades e não de programas.



O senador Afonso Arinos, do PFL.

Veja só essa disputa entre o presidente Sarney e o deputado Ulysses Guimarães por causa do mandato do primeiro. Os dois defendem interesses puramente pessoais".

O senador lamenta que os maiores partidos tenham chegado ao Congresso constituinte sem nenhum projeto para a nova Constituição. Quase sessenta dias depois da instalação dos trabalhos, só agora Arinos recebeu um pedido, do PFL. Por meio de um amigo, o líder pefelista no Senado, Carlos Chiarelli (RS), o

## Temas marginais devem criar polêmica na Constituinte

Da Sucursal de Brasília

A descriminalização da maconha, a legalização do aborto, a ampliação do divórcio, o fim da discriminação contra as minorias sexuais, a criação do Estado de Tocantins e a posse, por parte do Estado, dos cadáveres para fins de transplantes de órgãos também deverão ser discutidos nas comissões constitucionais e no plenário do Congresso constituinte. Polêmica é que não faltará.

O deputado José Genoíno (PT-SP), 40, já tem redigidos os projetos que descriminalizam a maconha, legalizam o aborto, liberam o divórcio e tornam crime a discriminação contra as minorias sexuais. Os defensores da descriminalização da maconha juram que Genoíno se reelegerá eternamente se conseguir aprovar o seu projeto.

O constituinte reconhece que enfrentará muitas dificuldades para ver aprovadas as suas iniciativas. Esses problemas começam na própria esquerda, e não na direita. O aborto e a maconha dividem até os próprios dezesseis constituintes do PT. E nem as 23 mulheres constituintes têm posição unânime sobre o aborto e o divórcio.

### Estado de Tocantins

Embora os conservadores tivessem combatido ferozmente o direito de trinta mil cidadãos apresentarem projetos à Constituinte, vão agora se utilizar dele. Assim, o líder do PDC, deputado Siqueira Campos (GO), 59, já está mobilizando suas bases eleitorais no norte de Goiás para propor, de novo, a criação do Estado de Tocantins naquela região. O projeto já foi rejeitado na legislação passada. Siqueira não conseguiu provar como o novo Estado poderia sobreviver sem a maciça ajuda econômica da União. Nesta região é que se registram, também, os mais graves e

numerous conflitos de terras entre proprietários e posseiros.

O deputado Ricardo Izar (PFL-SP), 48, tem outro projeto polêmico, tornando os cadáveres propriedade do Estado para fins de transplante de órgãos. Izar quer inverter a atual legislação que exige o consentimento prévio da pessoa ou da família, postumamente, para o transplante. Se sua idéia vingar, o cadáver só não será usado para transplante se a pessoa, em vida, fizer uma declaração assinada, recusando-se a isso.

Defendendo sua iniciativa, Izar lembra a fila de pessoas que passam anos esperando transplantes mais simples e rotineiros, como os de córnea e rins. O constituinte diz que, em apenas um ano, essas filas desaparecerão se o seu projeto for aprovado.

### Referendo

Recém-empossado —substitui o deputado Tidei de Lima, nomeado secretário da Agricultura de Quêrcia—, o deputado Michel Temer (PMDB-SP), 48, já tem também o seu projeto. Pretende submeter a referendo popular todas as iniciativas que receberem, pelo menos, um quinto dos votos favoráveis dos 559 constituintes (114 votos), mesmo rejeitadas em plenário.

Atuando paralelamente ao Congresso constituinte, o ex-deputado peemedebista gaúcho João Gilberto tem uma preocupação diferente. Um dos coordenadores do já chamado "lobby popular" ou, como ele prefere, "lobby democrático", Gilberto diz que os projetos assinados por trinta mil cidadãos deverão ter muito mais apoio do que isso para passarem em plenário. Segundo ele, esses projetos precisarão ser assinados, pelo menos, por quinhentos mil cidadãos. "Aí —afirma— a sociedade dará uma prova de sua força".

partido pediu a Arinos que elabore um projeto referente à eventual instalação do parlamentarismo no Brasil. O senador diz que está estudando a fundamentação jurídica com que vai apresentar o projeto. Segundo ele, vai aproveitar a proposta parlamentarista que já existe no "anteprojeto Afonso Arinos", "com algumas mudanças" que está estudando.

De acordo com o anteprojeto, o presidente da República comandaria a administração com a ajuda do primeiro-ministro e do Conselho de Ministros. O presidente seria responsável pela nomeação do primeiro-ministro e do Conselho, aprovaria o orçamento para envio ao Congresso Nacional, enviaria projetos ao Legislativo, comandaria a política externa e as Forças Armadas. Arinos não diz quais as mudanças que pretende introduzir às propostas do anteprojeto.

### Extensão

O senador reconhece que o anteprojeto da sua comissão ficou muito longo. Mas diz também que é contra uma Constituição enxuta, como a dos Estados Unidos. "Naquela época —diz— o Direito Constitucional não tinha incorporado os problemas econômicos e sociais. O Brasil não suporta uma Constituição enxuta por causa da extensão de seus problemas".

Arinos também adverte que a Constituição norte-americana é mais complexa do que se pensa. Segundo ele, é a Corte Suprema que supre as carências de ordem econômica e social que a Constituição dos Estados Unidos não prevê. Arinos lembra que foi a Corte Suprema, e não o Executivo, que liquidou com a segregação racial nos Estados Unidos. A Constituição era omissa quanto ao assunto.

## Governador de Sergipe defende manutenção da Aliança Democrática

Do correspondente em Aracaju

O governador de Sergipe, Antônio Carlos Valadares (PFL), 42, disse ontem, em Aracaju (SE), que seu partido não deve romper a Aliança Democrática (coligação com o PMDB) por não ter conseguido fazer parte da Mesa do Congresso constituinte, "pois estes cargos que o partido tanto pleiteia não são tão importantes como pensam alguns parlamentares pefelistas".

Segundo Valadares, ainda não existe um motivo concreto para o rompimento. Ele defende, contudo, uma ampla reforma ministerial, a partir da renúncia coletiva dos ministros, para que o presidente Sarney possa escolher livremente os seus auxiliares. Para o governador de Sergipe, os próprios ministros já deveriam ter adotado uma postura de "compreensão" diante do governo federal.

## Plenários vão colher assinaturas para a 'iniciativa popular'

Da Reportagem Local

Representantes dos vinte plenários estaduais Pró-Participação Popular na Constituinte (fóruns de entidades que se articulam desde 1985 para pressionar o Congresso constituinte) estarão reunidos em Brasília, na próxima sexta-feira, para aprovar um calendário de mobilizações. A intenção dos plenários é recolher assinaturas em todo o país para propostas a serem apresentadas diretamente aos constituintes (a chamada "iniciativa popular"). Segundo o artigo 23 do regimento do Congresso constituinte, trinta mil ou mais eleitores, em listas organizadas por, no mínimo, três entidades associativas, legalmente constituídas, poderão apresentar seus projetos constitucionais.

Os plenários estaduais —e outras entidades que os apóiam— estão discutindo a concentração de esforços em torno de cinco temas, a serem objeto de propostas constitucionais. São eles: direitos dos trabalhadores, reforma agrária, reforma urbana, direito à informação e instrumentos de participação popular nas questões sócio-político-econômicas nacionais. De acordo com o calendário de mobilizações, para cada um destes temas haverá uma comissão coordenadora nacional, que elaborará as propostas e imprimirá folhas numeradas para a coleta de assinaturas. Essas comissões encaminharão cópias aos Estados —para início da coleta de assinaturas— e, mais tarde, entregarão as propostas às oito comissões temáticas do Congresso constituinte, em Brasília.

Paralelamente, serão organizados atos públicos de lançamento das campanhas de assinaturas, nos bairros das capitais e no interior do país, com encaminhamento das folhas assinadas à respectiva comissão coordenadora. Caberá também a esta comissão participar das audiências das comissões temáticas constituintes e divulgar os resultados obtidos na tramitação das propostas.

Os plenários deverão preparar um "dia nacional da iniciativa constituinte popular", um outro "dia nacional de entrega das iniciativas" e caravanas populares a Brasília (para assistirem à votação das emendas, em primeiro e segundo turnos).